



Anais da Assembleia

N° 169

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE JANEIRO DE 1991

ANO XVII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 8.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (49). Achan-do-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Cheriegate, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, José Rogério Carvalho e Paulino José Delazeri (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o n° DTL/47/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 578/90, em razão de motivos expostos. À Comissão

de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/48/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 580/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/49/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 242/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 02/91, de autoria da Comissão Executiva, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 17.01.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: Nereu Carlos Massignan

REQUERIMENTO N° 3042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei n° 005/91 que altera a redação do memorial descritivo contido no artigo 1° da Lei n° 9444, de 20/11/90, que cria o município de Jardim Paulista.

Sala das Sessões, em 18.01.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO DE N° 3043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei n° 002/91, que corrige tabelas do Regimento de Custas, previstas nas leis n°s 6149, de 09/09/70 e 8678 de 22/12/87 e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 17.01.91.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 3030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social, Excelentíssimo Senhor Rogério Magri e ao Supe-

rintendente do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Ilustríssimo Senhor José Arnaldo Rossi, no sentido da criação e instalação de uma Gerência Regional sediada na municipalidade de Campo Mourão.

Dentre outros aspectos, a eficiência e a agilidade dos organismos públicos, só será possível se também houver uma imediata política de descentralização. É inconcebível conviver com monstruosas e dispendiosas estruturas, paralisadas pela burocracia tecnocrática e longe de oferecer condizentemente serviços à população.

Desta maneira, descentralizar é a adoção de mecanismos que, efetivamente, encurtem o tempo e o espaço entre o Estado e a sociedade.

No bojo de tais concepções, apelamos para a implantação de uma Gerência Regional do INSS em Campo Mourão. O potencial sócio-econômico pujante daquela região a coloca como uma das mais importantes no processo desenvolvimentista do Paraná. Tanto é assim que 22% da produção agrícola do Estado vem do Centro-Oeste, notadamente o primeiro lugar em algodão (17,2%); o trigo (19%); e o soja (16%), de acordo com os dados do Ministério da Agricultura.

Polarizando 22 outras cidades, Campo Mourão é também privilegiada por ser o maior entroncamento rodoviário do Sul do País, por onde são escoadas as suas riquezas.

Pelos motivos expostos, mais do que nunca a colocação de uma Gerência Regional do aludido órgão representará, fora de qualquer dúvida, o reconhecimento da força de sua laboriosa gente, mais de um milhão e duzentos mil habitantes.

Sala das Sessões, em 17.01.91.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 3045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Abrahão Miguel, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a revogação do artigo 13, da Lei n° 9497, de 21 de dezembro de 1990.

Sala das Sessões, em 17.01.91

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A propositura de nosso requerimento vem consubstanciada no fato que tradicionalmente desde a criação do Município de Barra do Jacaré, este pertencia à comarca de Jacarezinho. Situação esta em que a população do mencionado município já estava acostumada e que veio a ser modificada pela Lei n° 9497/90.

Através de nosso pedido procuramos de-

volver a antiga situação e por este meio novamente consagrar a vontade popular da comunidade do município de Barra do Jacaré em continuar pertencendo à comarca de Jacarezinho.

REQUERIMENTO N° 3039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência à Ministra da Economia Excelentíssima Zélia Cardoso de Mello e ao Ilustríssimo Senhor Alberto Policarpo, Presidente do Banco do Brasil, manifestando o posicionamento em contrário quanto ao anunciado fechamento de diversas das suas agências em todo o País.

Desde os tempos do Império, o Banco do Brasil representou uma presença marcante em nossa história, transcendendo os limites das atividades econômicas, para se constituir no cenário nacional, político, cultural e socialmente.

Lamentavelmente, ao longo das últimas décadas, nota-se claramente o esvaziamento que essa instituição financeira vem sofrendo. As suas atribuições vão perdendo o sentido, à medida em que o seu papel vem sendo relegado a planos secundários, notadamente no setor agrícola, carente de uma política de custeio para o plantio e que garantisse, na época certa, preços mínimos justos.

As pretendidas mudanças de "enxugamento" com a extinção de até 730 agências - segundo o Sindicato dos Bancários de Curitiba - merecem a nossa repulsa. Busca-se uma forma recessiva de resolver o problema, que continuará a persistir, pois não é esse o caminho, fechando agências e postos avançados. Não é essa a solução, de inviabilizar comunidades inteiras que, de uma forma ou de outra, mantêm atividades com o banco.

A eficiência do Banco do Brasil não pode ser debatida sob o prisma da sua estrutura, mas sim acima de tudo pelos mecanismos que regem o seu funcionamento. Além disso, mais uma vez o funcionário é o "bode expiatório", o primeiro a ser atingido como se a ele fosse imputada a total responsabilidade por essas crises, tal qual tem sido vítima o servidor público de uma maneira geral.

Finalmente, é oportuno ressaltar os primeiros estatutários do Banco do Brasil, onde se encontra consignado a sua função social, como promotor do desenvolvimento. É notório que a abertura de agências e postos avançados significou o verdadeiro impulso das regiões, servindo para consolidar atividades vitais ao progresso ao

longo dos duzentos anos de fundação.

Sala das Sessões, em 17.01.91

(a)) RUBENS BUENO.

Apoio: Algaci Túlio.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 006/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogado o artigo 13, da Lei n° 9497, de 21 de dezembro de 1990.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.01.91

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n° 9.497, de 21 de dezembro de 1990, cria a comarca de Campina Grande do Sul, altera os dispositivos que especifica da Lei n° 7.297, de 08.01.80 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado e adota outras providências, entre essas a do artigo 13, que é o seguinte:

"Art. 13 - Fica transferido de comarca, além dos constantes no art. 3° desta lei o distrito judiciário de Barra do Jacaré (município do mesmo nome) da comarca de Jacarezinho para a comarca de Andirá".

A propositura de nossa medida vem substanciada no fato que tradicionalmente desde a criação do município de Barra do Jacaré, este pertencia a comarca de Jacarezinho. Situação esta em que a população do mencionado município já estava acostumada e que veio a ser modificada pela Lei n° 9497/90.

Através de nosso projeto de lei procuramos devolver a antiga situação e por este meio novamente consagrar a vontade popular da comunidade do município de Barra do Jacaré em continuar pertencendo a comarca de Jacarezinho.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Vossa Excelência já colocou em discussão a Matéria da Ordem do Dia Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vou iniciar a discussão e votação da Ordem do Dia.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Peço a palavra para encaminhar o Projeto de Lei n° 323.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No momento que lhe for concedido e colocado em votação, nós concederemos a palavra a Vossa Excelência.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, com apoio do Sr. Deputados Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n°02/91, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 005/91, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Durante a nossa ausência há dois dias neste plenário, motivado pela viagem que a Comissão Especial, que estuda o Sistema Financeiro Estadual fez a Brasília para ouvir os dirigentes do Banco Central, foi votada a proposição da retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar do Deputado Caíto Quintana n° 152/90, que trata exatamente da Comissão que vai gerir, que vai discutir a questão do pagamento dos Royalties do Paraná, através do FDE.

Eu quero só insistir nesse Projeto, Deputado Caíto, me permita, porque com a assinatura do Presidente da República, da última sexta-feira, já para o pagamento imediato dos royalties. Uma luta que envolve toda a sociedade paranaense, eu vejo da urgência desse Projeto, não só do ponto de vista político, de interesse da sociedade paranaense, mas do ponto de vista do Regimento Interno desta Casa. O artigo n° 149, parágrafo 1°, diz que: "Projeto de Lei tramitando em regime de urgência, não pode ser retirado da Ordem do Dia".

Então, consulto Vossa Excelência e até o Deputado Caíto, para voltar a este assunto da Ordem do Dia, porque é um compromisso nosso inclusive, no ano passado, junto com a redistribuição do ICMS, e junto com a votação de projetos importantes do Governo na época, de votar também este Projeto do Deputado Caíto Quintana.

Por isso, gostaria de vê-lo na próxima

Ordem do Dia, para começar a discussão desse importante Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente; eu entendo a preocupação do Deputado Rubens Bueno e nossa também, e nós solicitamos no dia de ontem também a retirada por dois dias porque esse Projeto é em 3.^a votação, e ele foi encaminhado em abril do ano passado a esta Casa, a realidade daquele momento onde foi apresentado Projeto era um tanto diferente de hoje, nesse Projeto constam muitas emendas, necessárias na incorporação dentro de um Projeto para que nós não votássemos, em 3.^a votação, que seria a última na Casa, sem tempo de procurarmos fazer uma recomposição do Projeto com as emendas, é que nós solicitamos, Deputado Rubens Bueno. mas, sou plenamente de acordo que ele retorne à Ordem do Dia, para nós podermos votar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicta à assessoria da Mesa para que providencie que as emendas oferecidas ao Projeto de Lei sejam encaminhadas aos gabinetes dos Senhores Deputados, para que tomem ciência, possam discutí-las previamente, e a matéria retornará no prazo estipulado, por ocasião da sua retirada, na sessão de ontem.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 002/91, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado:

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só para esclarecer, porque fiquei com uma dúvida. O Projeto n° 152, do Deputado Caíto Quintana, voltará na próxima sessão, tendo em vista que hoje completam 24 horas, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ele foi retirado por duas sessões.

O SR. RUBENS BUENO - Sim, hoje e segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exatamente.

O SR. RUBENS BUENO - Então, na terça-feira, nós teremos o Projeto para discussão, com as emendas?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Se nenhuma outra propositura for aprovada

em contrário, ele retornará...

O SR. RUBENS BUENO - Mas, Deputado, há um Regimento Interno em pleno vigor, que aliás, foi ferido.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mas, o Plenário poderá mais uma vez, se manifestar; e se for da decisão do Plenário ferir o Regimento Interno mais uma vez, pode ser que aconteça.

O SR. RUBENS BUENO - Não, senhor. Para mudar o Regimento Interno, só através de projeto de resolução, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Eu agradeço a vossa lembrança. De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 002/91, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que aplica o disposto na lei federal n° 8812, de 11 de dezembro de 1990 aos servidores do Poder Legislativo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 002/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executiva, visa aplicar aos servidores deste Poder, no que couber, o disposto na Lei Federal n° 8812, de 11 de dezembro de 1990.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, regimental e constitucional, vemos que a mesma obedece o inc. IV, do art. 54, da Constituição Estadual e inc. II, do § 1°, inc. IV, do § 4°, do art. 127, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Assim sendo, pelo exposto acima, nos posicionamos FAVORAVELMENTE à aprovação do presente Projeto de Resolução.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente;

JOÃO ARRUDA - Relator.

Em discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para Encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: venho à tribuna, até mais do que para declinar o meu voto e tecer algumas considerações rápidas, para que não só os Srs.

Deputados, como também os funcionários que têm interesse na propositura da Comissão Executiva, tenham de minha viva voz, conhecimento do que eu penso a respeito, já que fui informado de que alguns funcionários da Casa, celetistas especialmente, estariam vendo o meu posicionamento como contrário aos interesses de alguns funcionários, que seriam, por ventura, alcançados pelo Projeto de Resolução apresentado pela Comissão Executiva, e que discutimos, agora, em 2.^a discussão.

O Projeto de Resolução da Mesa, sob n° 002/91, diz em seu artigo 1°: (Lê): "Aplica-se aos servidores do Poder Legislativo, no que couber" - no que couber - "o disposto na Lei Federal 8812, de 11.12.90".

E o artigo 2° só diz que: (Lê): "A resolução entrará em vigor na data da sua publicação..." Enfim, aquela coisa usual.

Pois bem. A Lei 8812, que trata do regime jurídico dos funcionários civis, funcionários públicos civis da União, têm...

O SR. PEDRO TONELLI - Vossa Excelência me concede um aparte, na sequência, Senhor Deputado?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Em seguida. Consta e tem em seu bojo duzentos e cinquenta e três artigos, cuja Lei foi objeto de estudos de mais de um ano, e agora nós vemos aqui uma resolução de apenas um artigo que diz: "No que couber", então o Poder Legislativo adotará esta Lei de 253 artigos sem nenhuma justificativa, sem se saber o objetivo e o alcance.

Eu não tenho possibilidade de avaliar o alcance da propositura. Não me traz aqui nada de pessoal contra quem quer que seja, especialmente a Comissão Executiva que está querendo dar solução provavelmente a pendências que vêm rolando, de ano em ano. Mas, também não posso votar matéria de tamanha importância sem conhecimento dela, sem uma palavra de justificativa para orientar o meu voto, porque aqui não diz quem vai ser beneficiado, prejudicado nem coisa alguma, já que a Lei, repetindo, tem 250 artigos. Vamos aplicar o quê no Poder Legislativo? Resolver o problema de quem?

O nosso então Secretário da Administração nosso colega nesta Casa, Deputado Mário Pereira, então Secretário da Administração, procedeu a estudos que resultou num Projeto de Lei também tratando do Regime Jurídico do Estado do Paraná que tem cerca de 300 artigos. Esta Casa não chegou a considerar, a apreciar porque tampouco foi oficialmente enviado para cá. Portanto, considero o assunto da maior importância, da maior relevância, e eu não tenho e por não ter conhecimento do alcance da proposição da Comissão Executiva é que ve-

nho aqui dizer que não me move nenhum sentimento pessoal, a favor ou contra de desconfiança da Comissão Executiva, absolutamente, do alcance, repito, da proposta da Mesa Executiva.

Concedo o aparte ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o seu aparte, nobre Deputado Basílio Zanusso, que nessa tarde traz a discussão, neste Plenária, uma matéria de grande repercussão e fundamental importância e que eu queria endossar a sua linha de análise desse Projeto porque eu sempre tive dúvidas quanto ao mérito desse Projeto de Lei Complementar de autoria do Deputado David Cheriegate, que tem como objetivo dispor...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Desculpe, Deputado, mas o que nós estamos discutindo é Regime Jurídico, é a proposta da Mesa Executiva, o Projeto de Resolução 002, que aplica, no que couber a Lei de Regime Jurídico Federal, no Poder Legislativo.

O SR. PEDRO TONELLI - Então eu retiro o meu aparte, e agradeço.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Houve uma inversão da Ordem do Dia em função de requerimento votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Em votação o Projeto 002/81. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 005/91, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que altera a redação do Memorial descritivo contido no artigo 1° da Lei n° 9444, de 20.11.90, que cria o município de Jardim Paulista. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 005/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterada a redação do Memorial Descritivo contido no artigo 1° da Lei n° 9444, de 20 de novembro de 1990, que passa a ser a seguinte:

"Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado de plebiscito, o município de Jardim Paulista, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do município de Campina Grande do Sul, com as divisas seguintes:

"Começa na confluência da BR-116 com a Rodovia Estadual 506, segue pela Rodovia Angelina Caron, segue à esquerda até a divisa do Loteamento Jardim Santa Rosa o início da Rua 4, seguindo a divisa até a PR-506, segue pela PR-506 até encontrar a

Rodovia Municipal 316, seguindo por esta rodovia até o córrego Palmeirinha, seguindo o córrego até o rio Palmeirinha aí seguindo por uma divisa (linha seca) até a ponte sobre o rio Capivari com a divisa de Bocaiúva do Sul, aí segue pela Divisa Intermunicipal, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Colombo, Campina Grande do Sul, até encontrar a BR-116 na Divisa Intermunicipal entre Campina Grande do Sul - Colombo - Curitiba, segue pela BR-116 até encontrar o seu ponto de partida, a confluência da BR-116 com a Rodovia Estadual Pr-506".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A medida por nós proposta torna-se necessária pois as divisas da Lei nº 9444, de 20 de novembro de 1990, encontram-se erroneamente descritas. E através do presente Projeto de Lei tencionamos retificar as mesmas.

Assim sendo, esperamos poder contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/91, de autoria do Deputado Acir Mezzadri e outros, que corrige tabelas do Regimento de Custas, previstas nas Leis nºs 6.149, de 09.09.70 e 8.678, de 22.12.87 e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 002/91

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Acir Mezzadri e outros, visa corrigir as tabelas do regimento de custas, previstas nas Leis nºs 6.149 e 8.678, respectivamente datadas de 09/09/70 e 22/12/87, e visa igualmente ratificar a Resolução Normativa nº 01/90, do Poder Judiciário.

Analisada a matéria, vimos que as custas das tabelas indexadas, foram previstas para vigor em março de 1990. Até esta data não foram corrigidas. E o período inflacionário, pelo índice oficial do IPC/IBGE, atingiu o percentual de 1.794,84 (dez/90). O salário-mínimo em março de 90 era Cr\$ 3.674,05, passando em janeiro de 1991 ao valor de Cr\$ 12.325,59, mais o abono previsto em medida provisória Federal. Já o BTN de março/90 era de 29.5399, passando o mesmo em janeiro/91 para 105,5337. Todos estes índices justificam a medida contida no presente Projeto de Lei.

Assim sendo, pelo exposto acima, somos pelo Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela

sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.01.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO

Relator

Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, eu queria tecer uma pequena consideração a respeito desse Projeto de autoria do nobre Deputado Acir Mezzadri e outros, que tem como objetivo reajustar as custas judiciais e extrajudiciais, que tem a ver com matéria de interesse do Poder Judiciário. Esse Projeto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a meu ver é inconstitucional, porque a nossa Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 7º, diz o seguinte: "São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Parágrafo Único: Salvo as exceções previstas nessa Constituição é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, sendo que quem for investido na função de um deles, não poderá exercer a do outro".

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, chamo a atenção dessa iniciativa, sempre vigilantes que fomos, dando cumprimento à Constituição que nós juramos fazer cumpri-la. Será, eu me pergunto, que esse Projeto não está descumprindo a Constituição, fazendo de que o Poder Legislativo, por iniciativa do nobre Deputado Acir Mezzadri e outros, se intrometa em matéria que seja de competência exclusiva do Tribunal de Justiça. Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu tenho dúvidas se nós podemos aprovar tal medida.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) -

Para encaminhar Senhor Presidente, ainda nesse mesmo Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É justificação de voto.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Justificar) - Justificação de voto.

Quero deixar bem claro também Senhor Presidente de que esse Projeto de Lei que teve como Comissão Geral, também não cita aqui no parecer da comissão geral da constitucionalidade desse Projeto. Eu também, por essa razão, por não entender e não compreender este parecer aqui, também voto contrário a esse Projeto de Lei.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Para Justificar) -

Apenas para que não fique omissa este Deputado no momento em que se vota esse

Projeto de Lei e tendo em dúvida o aspecto constitucional do mesmo, eu peço que se registre o meu voto contrário nesta fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei complementar n° 323/89, de autoria do Deputado David Cheriegate, que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 323/89

Art. 1° - A criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município, depende de Lei Estadual, que será procedida de comprovação dos requisitos estabelecidos na Constituição do Estado, nesta Lei e de consulta às populações.

Art. 2° - Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I - população estimada, superior a 5.000 (cinco mil) habitantes;

II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III - centro urbano já constituído com número de casas superior a 100 (cem).

§ 1° - Não será permitida a criação de município, desde que esta medida importe, para o Município ou municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta Lei.

§ 2° - Os requisitos dos incisos I e III, serão apurados por órgão competente do Estado, o de número II, pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3° - A Assembléia Legislativa, requisitará - dos órgãos de que tratam os incisos I e III e o § 1°, deste artigo, as quais serão prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apresentação da representação.

Art. 3° - O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de município terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, 100 (cem) eleitores com firma reconhecida.

Parágrafo Único - A forma da Consulta plebiscitária será regulada mediante resolução expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, respeitados os seguintes preceitos:

I - Cédula oficial, que conterá as palavras "SIM" ou "NÃO", indicando respectivamente a aprovação ou rejeição da criação, incorporação, fusão e desmembramento de município;

II - residência do votante há mais de 01 (um) ano, área a ser desmembrada.

Art. 4° - Para a criação de município que resulte de fusão de área territorial integral de dois ou mais municípios com a extinção destes, é dispensado a verificação dos requisitos do Art. 2°.

Parágrafo Único - No caso deste Artigo, o plebiscito consistirá na consulta às populações interessadas sobre sua concordância com a fusão e a sede do novo município.

Art. 5° - Somente será admitida a elaboração da lei que crie município, se o resultado, do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

Parágrafo Único - Se o comparecimento da maioria absoluta não tiver sido suficiente ou o resultado for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma Sessão Legislativa.

Art. 6° - O Município será instalado com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, cuja eleição será simultânea com daqueles municípios já existentes.

Art. 7° - A criação de município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas no ano anterior ao da eleição municipal.

Art. 8° - Na denominação de município depende de lei estadual e é vedada:

I - a repetição de nomes de cidades ou vilas brasileiras;

II - a designação de datas, nomes de pessoas vivas e expressões composta de mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais.

Art. 9° - Salvo disposições em contrário, vigorará no novo município a legislação do município de origem ou do município de maior população, em caso de território desmembrado de dois ou mais municípios.

Art. 10 - O território do novo município continuará a ser administrado, até a sua instalação, pelo Prefeito do município ou municípios de que foi desmembrado.

Art. 11 - Os bens e serviços municipais situados no território desmembrado passarão à propriedade do novo município, na data de sua instalação, independentemente de indenização.

Art. 12 - Durante o período compreendido entre a criação e a instalação do município, a contabilidade de sua receita e despesa será processada em separado pela Prefeitura do município ou municípios de que se desmembrou.

Parágrafo Único - Em 10 (dez) dias

úteis à instalação do novo município, a Prefeitura responsável pela contabilidade entregará àquele os livros e documentos de escrituração contábil e a respectiva prestação de contas, para fins de controle interno e externo.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.01.91.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Raul Lopes, Pirajá Ferreira, Erondy Silvério, David Cheriegate e Nelson Vasconcellos.

Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Projeto já foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, este. Qual que Vossa Excelência está falando?

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Aquele que aumenta as custas.

O SR. PRESIDENTE (Pela Ordem) - Esse já foi votado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu pedi para encaminhar, depois que eu fui encaminhar não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pediu para encaminhar a votação depois de votado e não requereu verificação de votação.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Projeto de Lei Complementar 323, há um substitutivo geral pela informação que eu exponho?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Nós poderíamos ter acesso a esse documento, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pode.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Hoje nós estamos votando o Projeto então?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tendo em vista o requerimento do Deputado Rubens Bueno, a Mesa vai transferir a votação desse Projeto para segunda-feira e vai encaminhar aos Senhores Deputados o substitutivo geral.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Eu agradeço, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, entendendo a vontade da Executiva da regulamentação da questão do regime único nós até silenciámos com pedido de preferência, me parece que passou as duas preferências requeridas, eu requeiro à Mesa que seja posto em votação a proposição, o veto, porque regimentalmente o veto tem preferência de votação sobre qualquer outra matéria. Então, nós já votamos as duas de preferência consentida, eu solicito a Vossa Excelência que passemos para a votação do veto que está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa atende ao requerimento como solicitação de preferência, porque não decorreram os trinta dias previstos na Constituição, aí a preferência é absoluta, mas vai submeter o veto 009/91.

DISCUSSÃO ÚNICA - da proposição n° 009/91 - veto apostado ao projeto de lei n° 171/90, de autoria do Deputado Pedro Tonelli, que estabelece regras para o uso, pelo poder público estadual, das formas e meios de comunicação social na sua publicidade obrigatória, divulgação de realizações estatais, campanhas ou patrocínios de interesse público e dá outras providências.

OF/DTL/N° 22/91

Curitiba, 08 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 387/90, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 171/90, em razão dos motivos adiante expostos:

Objetiva o autógrafo a regulamentação do disposto nos artigos 27, parágrafos 1° e 2° e 238 da Constituição do Estado do Paraná, estabelecendo regras para o uso de todas as formas e meios de comunicação social na divulgação de atos, programas, obras e serviços, campanhas ou patrocínio da administração pública, direta, indireta, fundacional e órgãos controlados pelo poder público, ainda que custeada por entidades privadas.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em referência decorre de pronunciamentos expedidos pela Procuradoria Geral do Estado e pela Secretaria de Estado da Comunicação Social.

A Procuradoria Geral do Estado emitiu Parecer datado de 28 de dezembro de 1990, asseverando:

"O disposto no artigo 27, §§ 1° e 2°, é, em relação ao primeiro parágrafo, uma

repetição do estatuído no parágrafo primeiro do artigo 37, da Constituição da República.

A lei em análise é quase toda ela taxológica em relação ao texto constitucional de onde extrai sua existência, constituído praticamente numa nova diagramação do que já havia.

Todavia, em menor escala, traz inovações. Por exemplo, a restrição expressa de que a veiculação da publicidade deva se circunscrever no âmbito do Estado do Paraná, ressaltando a hipótese dos canais de comunicação com circulação nacional (art. 1º, IV).

No aspecto geral, é uma lei extremamente salutar aos interesses do Estado, pois a ausência de parâmetros é uma escravidão maior e mais sofrida do que seus excessos - no que diz respeito ao trato da coisa pública. Na verdade, de uns anos para cá os governos estaduais têm sido alvo de severas críticas dos segmentos organizados da sociedade, diante da ação política publicitária empreendida que por vezes poderia incorrer em ilegitimidade, em até certa imoralidade, todavia acobertada pela licitude. Mas é que não havia justamente os critérios limitadores dessa publicidade. E, apesar desse vazio legislativo, divulgar as obras realizadas, propagar a educação da massa crítica social em relação a certas condutas, fazer uso pedagógico da publicidade, etc., sempre foi um direito e um dever do Governo - na medida que também é um direito do povo saber o que se passa na Administração Pública, bem como de ser por ela orientado.

Ainda dentro dos termos gerais, a lei em análise é tanto saneadora quanto óbvia - fundamentalmente no que se refere à identificação dos bens móveis e imóveis e das placas indicativas das obras ou prestação de serviço público.

Ao nosso ver, entretanto, há dispositivos inconformados ao texto constitucional.

O inciso V, do § 1º, do artigo 1º, da lei em análise, quer-nos parecer que estabelece uma violação ao pleno exercício da direção da Administração Pública, competência privativa do Governador do Estado (artigo 87, III, da Constituição do Estado). Um dispositivo que pode tornar inócua toda uma ação política orientada ao bem-estar social (hoje impossível de se dar sem um eficiente programa de divulgação através dos meios de comunicação de massa). Além disso, o Poder Executivo precisaria profetizar, antevendo a natureza e a dimensão de catástrofes climáticas, epidemias, e outros fenômenos muito difíceis de serem previstos em um "plano anual de publicidade", com custo, objetivos e justificativas. Aprovar um plano desse tipo,

também, definitivamente não faz parte das atribuições legais da Assembléia Legislativa, previstas na Constituição Estadual. Já existe um controle a posteriori, disposto no § 2º, do referido artigo, feito a partir de publicações semestrais, no Diário Oficial, de relatórios circunstanciados das despesas realizadas com propaganda e publicidade - aliás, também uma repetição do § 2º, do artigo 27, da Constituição Estadual.

Esse controle a priori é inconstitucional e irracional. A gestão administrativa estadual, notadamente no lançamento das diretrizes da ação política, é da conta e risco do Governador. Claro que é funcionalmente responsável por seus atos de gestão; não só perante a Assembléia Legislativa, mas também perante os cidadãos em geral, os órgãos constituídos e segmentos organizados da sociedade civil, através de remédios jurídicos como a ação popular e a ação civil pública.

A Assembléia Legislativa não pode avocar uma atribuição que a própria Constituição não lhe deu.

Na esteira dessas objeções, pode-se apontar para a segunda parte do § 2º, do artigo 1º, da lei em análise. Já dissemos que se trata de uma repetição do que traz o texto constitucional, porém não em relação a essa necessidade de o referido relatório semestral incluir despesas "custeadas por entidades privadas". Disso não tratou o dispositivo constitucional - portanto, não pode a lei regulamentadora modificar a lei que regulamenta, não pode a lei regulamentadora fazer existir o que a Constituição omitiu. Inconstitucional, portanto, essa parte do aludido parágrafo."...

Por outro lado, a Secretaria de Estado da Comunicação Social, através de seu Ofício nº 001/91, de 4.01.91, sugeriu não acolhimento a vários dispositivos, os quais, se vetados isoladamente, viriam mutilar o projeto a ponto de tornar inexecutíveis as partes remanescentes, por isso descarta a hipótese de vetos parciais.

Vale frisar que o veto ora apostado não impedirá oportuna realização de estudos com vistas à adoção de dispositivos legais que venham regulamentar o assunto de forma a atender plenamente os mandamentos constitucionais pertinentes.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

VETO.

Razões em separado.

Em 08/01/91.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 171/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Esta lei regulamenta o disposto no artigo 27, parágrafos 1° e 2° e 238 da Constituição do Estado do Paraná, estabelecendo regras para o uso de todas as formas e meios de comunicação social na divulgação de atos, programas, obras e serviços, campanhas ou patrocínio da administração pública, direta, indireta, fundacional e órgãos controlados pelo poder público, ainda que custeada por entidades privadas.

§ 1° - A publicidade prevista no artigo 1° observará, obrigatoriamente, os seguintes princípios e critérios:

I - o caráter deve ser educativo, informativo ou de orientação social;

II - não pode abusar da confiança do cidadão, explorar sua falta de experiência ou de conhecimento ou se beneficiar de sua credulidade;

III - não pode utilizar nomes, símbolos, sons e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

IV - a sua veiculação deve ser restrita ao Estado do Paraná, exceto quando inserida em órgãos de comunicação impressa, de circulação nacional, editados no Estado;

V - a sua veiculação, também só será realizada após a sua aprovação pelo Poder Legislativo, de plano anual de publicidade, que conterà a previsão de custos, objetivos e as justificativas de sua necessidade.

§ 2° - Semestralmente, nos meses de julho e dezembro, a administração direta, indireta, fundacional e os órgãos controlados pelo poder público, publicarão no Diário Oficial, relatório circunstanciado das despesas realizadas com propaganda e publicidade, na forma do "caput" deste artigo, inclusive aquelas custeadas por entidades privadas, especificando os nomes dos veículos publicitários; com os respectivos montantes pagos ou a pagar.

§ 3° - As empresas estatais sujeitas à concorrência de mercado deverão restringir a sua publicidade ao seu objetivo social, não se lhes aplicando o disposto nos incisos IV e V do "caput" deste artigo.

§ 4° - A publicidade de eventos e realizações estatais não pode ser realizada em detrimento da divulgação de campanhas de interesse público.

Art. 2° - A identificação dos bens mó-

veis e imóveis do Estado é obrigatória e se submete às mesmas regras do artigo anterior.

§ 1° - A identificação de veículos oficiais far-se-á pelo uso de placa branca e com inscrição lateral constando o nome do órgão a que pertence e o uso a que se destina.

§ 2° - A lei, em caso excepcional, poderá dispensar as exigências do parágrafo anterior, desde que justificada a necessidade e determinada a quantidade e o órgão a que pertencem.

§ 3° - Das placas indicativas de obras ou prestação de serviços públicos constarão apenas os dados sobre o órgão responsável, o custo orçado, o prazo de conclusão, as medidas básicas e dados técnicos e o nome das empresas responsáveis pela execução, quando for o caso.

§ 4° - As placas referidas no artigo anterior deverão ser padronizadas por ato do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, obedecidas estas e outras exigências legais, se houverem, e as normas técnicas existentes.

Art. 3° - Na publicidade prevista no artigo 1° é obrigatória a divulgação, de forma facilmente legível ou audível, quando for o caso, do seu custo total.

Parágrafo Único - Nos impressos publicitários próprios do poder público, ou por ele patrocinados, devem contar a tiragem e o valor unitário.

Art. 4° - A descumprimento do disposto neste lei implicará em crime de responsabilidade punível na forma da lei, sem prejuízo da suspensão da atividade ou ato lesivo e da instauração imediata de procedimento administrativo para identificação dos responsáveis.

Parágrafo Único - Verificada a ilegalidade, poderá a Assembléia Legislativa, através de resolução de iniciativa de qualquer de seus membros, pelo voto da maioria absoluta, determinar a suspensão imediata da propaganda ou publicidade.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.12.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Em votação.

O Senhor 1° Secretário procederá à chamada dos Senhores Deputados para votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli para discutir o veto.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente,

Senhores Deputados, demais presentes à nossa sessão de hoje. Está em apreciação Senhor Presidente, Senhores Deputados, matéria que é de grande interesse para o Poder Público do Estado do Paraná. Matéria esta que, obviamente foi inspirada com base numa prática abusiva que o Poder Executivo nos últimos anos aqui no nosso Estado tenha cometido. Foi com base nela que este Parlamento tomou a iniciativa de apresentar um Projeto de Lei com o intuito de regulamentar toda publicidade oficial no Estado do Paraná. Publicidade dos meios de comunicação, nas placas indicativas, nas campanhas publicitárias com o intuito de moralizar os recursos públicos, dar transparência plena e assegurar ao Poder Executivo e a todos os poderes a oportunidade de fazer a sua divulgação dentro dos limites que nós entendemos aceitáveis.

Esse Projeto tramitou nesse Parlamento com dificuldade, mas foi um dos únicos projetos de autoria desse Parlamento que teve aprovação neste Parlamento o que nos honrou, porque pelo menos não vamos embora para Brasília sem ter aprovado nenhum Projeto, um Projeto de grande importância, de grande significado aprovado, nos marca nesse primeiro mandato. E agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, lamentavelmente Sua Excelência o Governador veta tal Projeto. E o pior de tudo não é simplesmente que ele veta, ele diz que o Projeto é bom, ele diz que o Projeto é ótimo, ele diz que o Projeto é bem intencionado, ele diz que o Projeto é fundamentado, no entanto ele diz que o Projeto é inconveniente e veta simplesmente o Projeto.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero apelar ao bom senso já manifestado por este Parlamento. Nós temos que repetir a dose aqui. Nós temos que derrubar o veto de Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro Dias, porque se o Projeto é como é, ótimo, ele só é inconveniente, inclusive no final das suas razões do veto, ele diz assim: "vale frisar que o veto ora apostado não impedirá oportunas realizações de estudos com vistas a adoção de dispositivos legais que venham regulamentar o assunto de forma a atender plenamente os mandamentos constitucionais pertinentes".

Quer dizer, ele faz uma alegação dizendo que isto não impede que se façam estudos e que logo, logo esta matéria volte a ser apreciada. Ora, isto aqui não é brincadeira. Se o Projeto é bom, é bem justificado, é bem fundamentado, é não sei o quê, só que ele é inoportuno? Ora, quando é que é a oportunidade? Então, nós temos que reverter, reverter esse veto, porque esse veto é um veto equivocado, é, que não tem justificativa nas razões do veto.

Que mal tem para Sua Excelência, o Go-

vernador Álvaro Dias, ou talvez até ao seu sucessor? Eu não sei se o endereço era o seu sucessor? Quando a gente propõe e este Parlamento acata, que o caráter da publicidade oficial tem que ter o caráter educativo, informativo e de orientação social.

Há mal algum quando a gente propõe que a publicidade não pode abusar da confiança do cidadão? Não pode utilizar nomes, símbolos, sons, imagens que caracterizem promoção pessoal da autoridade ou do servidor público? Isso é cumprimento à Constituição que já orienta. Nós temos que estabelecer uma Legislação que cumpra a nossa Constituição, a Lei Maior. Que a sua veiculação tem que ser restrita ao Estado do Paraná, exceto nos casos quando a inserirem em órgão de comunicação impressa, e que seja de circulação nacional, mas, editada aqui no Estado.

Que mal tem isso? Que a sua veiculação também seja realizada após a sua aprovação pelo Poder Legislativo, do Plano Anual de publicidade, que conterá a previsão de custos objetivos e justificativas.

Que mal tem isso? Que mal tem quando essa Lei diz que semestralmente nos meses de julho e dezembro a administração direta e indireta e fundacional publicará no Diário Oficial relatório circunstanciado das despesas realizadas com propaganda e publicidade?

Há algum mal nisso? Que mal será que tem?

Que mal tem quando estabelece que as placas indicativas de obras ou prestação de serviços públicos constarão apenas os dados sobre o órgão responsável, o custo orçado, o prazo de conclusão, as medidas básicas, os dados técnicos e o nome da empresa responsável pela execução.

Será que isso é maléfico? Ou será que isso que a população está cobrando, a população está exigindo? Na publicidade prevista é obrigatória a divulgação da forma facilmente legível ou audível, quando for o caso do custo total da obra ou da publicidade?

É isto que a população espera, transparência plena nos impressos publicitários próprios do Poder Público ou por ele patrocinado devem contar a tiragem e o valor unitário também na segura transparência plena dos atos dos Poderes.

Que mal há quando essa Lei dispõe, que o descumprimento dessa Lei implicará em crime de responsabilidade punível na forma da Lei.

Que mal há nisso?

No entanto, Sua Excelência, o Governador, através da sua Procuradoria apresenta algumas razões do veto, que para mim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não são convincentes, aliás, muito pelo con-

trário, as próprias razões, admitem a necessidade, colocam argumentos reconhecidos pelo Palácio que são necessários para o bem da coisa pública. No entanto, vota e admite, que, logo logo, iniciativas dessa envergadura têm que ser tomadas a partir de estudos seus.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu faço um apelo que todos nós mantenhamos a posição anterior, vamos derrubar esse veto. Porque essa iniciativa pode ser que não seja tão boa para o Governante que quer fazer os seus atos e praticar o seu governo às escuras, sem o conhecimento público, mas para o serviço público e para o Poder Público e, principalmente, para os cofres públicos do nosso Estado esta lei é uma lei de grande importância e de grande interesse público.

Por isso, conto com o voto e conto com o apoio contra o Palácio Iguazu e a favor do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados favoráveis à manutenção do VETO deverão votar com a cédula SIM; os contrários ao VETO e a FAVOR do Projeto votarão com a cédula NAO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram trinta e cinco Senhores Deputados.

Designo uma Comissão composta pelos Deputados Namir Piacentini, Cândido Bastos, Nilton Barbosa e Pedro Tonelli para comporem a Comissão escrutinadora.

(PAUSA).

Votaram trinta e cinco Senhores Deputados.

Pela manutenção do veto, vinte "SIM".

Pela rejeição do veto, onze.

Votos brancos, quatro.

Está mantido o veto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/91, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Palmital, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Laranjal. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Palmital, para que a respectiva população decida sobre a criação do

município de Laranjal.

"Tem como ponto de partida a barra do Rio Laranjal com o Piquiri, seguindo por esse em direção a nascente por 78.202 metros lineares, confrontando na margem direita com os município de Guaraniáçu, Laranjeiras e Canta Galo, até a Barra do arroio São Manoel seguindo por esse em direção a nascente com 15.000 metros lineares até encontrar a linha seca com 1.800 metros lineares até encontrar a ponte (boeiro do rio), seguindo por esse riacho denominado Rio Branco por 24.001 metros lineares desaguardo no Rio Cantu, confrontando na margem esquerda com o Município de Palmital, segue pelo Rio Cantu com 31.000 metros até a barra do Rio Lageado Preto, confrontando na margem esquerda com o município de Nova Cantu, segue pelo Rio Lageado Preto em direção a nascente com 12.000 metros lineares até a comunidade denominada Mirim, seguindo por linha seca com 1.800 metros lineares, até a nascente do Rio das Ervas, segue por esse rio até a barra com o Rio Laranjal com distância de 7.000 metros lineares, a seguir pelo Rio Laranjal segue por 12.000 metros até o ponto de partida onde o Rio Laranjal faz barra com o Rio Piquiri".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/81, de autoria do Deputado Brondy Silvério, que torna obrigatório aos Deputados e funcionários o uso de traje de passeio completo durante as sessões plenárias. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - É obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a sessão plenária, o uso de traje passeio completo.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor a partir de 1º de fevereiro de 1991, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) ERONDI SILVÉRIO.

Apoiamento: Pirajá Ferreira, Acir Mezzadri, Nereu Carlos Massignan, Luiz Carlos Alborghetti, Nilton Barbosa, Dirceu Manfrinato e 1 ilegível.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu queria registrar com muita satisfação a presença do Deputado Hernani Pudell, que está fazendo estágio aqui na Casa para assumir a partir de 1º

de fevereiro, e a Liderança do PT deseja pleno sucesso a mais um novo integrante da nova Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com prazer e satisfação a presença do Deputado Ernani Pudell.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de registrar com muita satisfação a presença do Deputado Troian, do Deputado Geraldo Cartário Ribeiro, e registrar em nome da nossa Bancada as boas vindas a esses Deputados e ao Deputado Ernani, que valoriza a participação do Oeste neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 3045, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° de n° 3030, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° de n° 3039, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio,

constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 495/90.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 02/91; e do Projeto de Resolução n° 02/91.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 323/89; do Projeto de Lei n° 05/91 e dos Projetos de Resolução n°s 03/91 e 04/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 374/90, 04/91 e 06/91.

Levanta-se a sessão.